

Ata n.º 13
da Assembleia Representativa da
Ordem dos Contabilistas Certificados

Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas, reuniu a Assembleia Representativa, doravante AR, da Ordem dos Contabilistas Certificados, doravante OCC, no auditório A. Domingues Azevedo, sito na Avenida Defensores de Chaves, n.º 85-B, em Lisboa, tendo a sessão funcionado em formato misto (presencial e videoconferência), com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da ordem do dia: Tempo previsto: 45'

1. Informação sobre presenças, faltas e representações à Assembleia. 10'
2. Informação sobre a presença da Sr.ª Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional e de elementos do apoio jurídico. 5'
3. Informações e pedidos de esclarecimento. 30'

Ordem do dia: Tempo previsto: 195'

1. Dar nota à Assembleia Representativa da ata n.º 6, da Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da OCC. 15'
2. Aprovação da Ata da reunião de 05/03/2022. 5'
3. Fixação do valor das quotas de acordo com a alínea d) do art. 3.º do Regimento da Assembleia Representativa e da alínea d) do art. 40.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados. 40'
4. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2023. 120'
5. Leitura e votação da minuta da ata. 15'

O Sr. Presidente da Mesa da AR, doravante MAR, começou por cumprimentar todos os Srs. Representantes, a Sr.ª Bastonária, o Conselho Diretivo, o Conselho Jurisdicional, o Conselho Fiscal e os demais colegas presentes, informando que a sessão estava a ser gravada em áudio e vídeo, devendo os Srs. Representantes, aquando do uso da palavra, identificarem-se com nome, número de cédula profissional e o distrito que representam.

Prosseguiu referindo que se mantinha o recurso ao sistema misto de participação, presencial e à distância, possibilidade suportada legalmente pelo artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, doravante CPA. Mais adiantou que, conforme previsto no artigo 8.º do Regimento da AR, as reuniões deste órgão realizam-se, preferencialmente, aos sábados, alternadamente nas instalações da Ordem em Lisboa e no Porto, de acordo com essa orientação, foi aquela reunião agendada para Lisboa. Lembrou que, todos os Srs. Representantes foram contactados, inicialmente por correio eletrónico, para os e-mails institucionais e, posteriormente, por telefone, por forma a confirmarem a sua forma de participação na AR. Informou também que, as votações dos assuntos da ordem do dia seriam realizadas logo a seguir à apresentação e discussão de cada ponto e comunicou igualmente que, para os Srs. Representantes a participar telematicamente estava a utilizar-se a plataforma de som e imagem “ZOOM” e que, para qualquer dúvida ou questão sobre o acesso ou utilização daquela plataforma, deveria ser contactado o Sr. Luís Patuleia, através do telefone 960237444 ou por e-mail para luis.patuleia@occ-pt. -----

O Sr. Presidente da MAR solicitou ainda aos Srs. Representantes que participavam à distância para manterem as câmaras ligadas e ligarem os microfones só quando pretendessem usar da palavra para se dirigirem a Assembleia. Mais alertou para a importância de cada um dos Srs. Representantes indicarem na plataforma “ZOOM” o seu nome e número de cédula profissional e que, para estes, as votações seriam realizadas através de um formulário disponibilizado por e-mail, no final da discussão de cada ponto da ordem do dia, podendo qualquer dúvida ser colocada no chat do “ZOOM” para um auxílio mais célere. Caso algum dos Srs. Representantes a participar telematicamente, pretendesse apresentar à Mesa algum requerimento ou alguma declaração de voto, deveria remeter o respetivo documento para secretaria.mesa.ir@occ.pt, e só poderiam ser considerados se remetidos através do email institucional de cada um dos Srs. Representantes. Para os Srs. Representantes a participar presencialmente, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que, as declarações de voto e os requerimentos deveriam ser entregues por escrito e em suporte de papel à mesa para, como habitualmente, serem anexos à ata da AR. Aludiu ainda que, a credenciação se tinha iniciado a partir das treze horas, sendo a identificação realizada através da cédula profissional ou do cartão de

cidadão. Concluindo a introdução da sessão, apelou à cordialidade e à capacidade de síntese dos intervenientes. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da MAR informou que, naquele momento, se encontravam presentes, em sala e através da plataforma, 82 (oitenta e dois) Representantes, o que significava que existiam condições para reunir e validamente deliberar, conforme o artigo 9.º do Regimento da AR. -----

Mais acrescentou que, a Assembleia tinha sido convocada nos termos conjugados do disposto nos artigos 43.º e 44.º do Estatuto da OCC, do artigo 8.º do Regimento da AR e do artigo 24.º-A do CPA, tendo a convocatória, com a ordem de trabalhos e documentos de suporte, sido endereçada a todos os Srs. Representantes no dia 29 de novembro de 2022 e ficado também, no mesmo dia, disponível no site da OCC. -----

Informou ainda que, no momento da credenciação, tinham sido também disponibilizados aos Srs. Representantes todos os documentos que se anexaram à convocatória, estando acessível no site da OCC a ata atualizada da AR anterior (Ata n.º 12), pois, a proposta de ata que tinha sido remetida não foi a definitiva devido a pequenas alterações, resultantes de sugestões entretanto recebidas dos Srs. Representantes, não substanciais e geralmente de natureza ortográfica. -----

Relativamente ao controlo de presenças, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que, o mesmo tinha sido realizado nos termos do n.º 4, do artigo 6.º do Regimento da AR e que, caso os Srs. Representantes se ausentassem da sala, deveriam informar a credenciação, não devendo fazê-lo durante os períodos de votação, tal como os Srs. Representantes que participavam por meios telemáticos, caso se ausentassem, deviam comunicar o afastamento através do chat da plataforma, tendo lembrado ainda que, a ausência da sessão por tempo superior a trinta minutos seria considerada falta, conforme prevê o n.º 3 do artigo 17.º do Regimento da AR. -----

Feitas estas considerações iniciais e entrando no **ponto 1** (um) de **antes da ordem do dia**, informação *sobre as presenças, faltas e representações à AR*, o Sr. Presidente da MAR referiu que, naquele momento, estavam presentes e representados 82 (oitenta e dois) membros da AR do total de 85 (oitenta e cinco), estando 65 (sessenta e cinco) em sala, contanto estes com mais 7 (sete) representações e 10 (dez) a participar telematicamente. Informou também que, na última reunião da AR, realizada a 5 de março de 2022, não estiveram presentes 2 (dois) Srs. Representantes e que não tendo estes apresentado

justificação nos termos e prazos previstos no artigo 17.º do Regimento da AR, as respetivas faltas haviam sido consideradas injustificadas. -----

No que diz respeito ao **ponto 2** (dois) de **antes da ordem do dia**, o Sr. Presidente da MAR lembrou que, o número 1, do artigo 13.º do Regimento prevê que a Sra. Bastonária, os membros do Conselho Diretivo, os membros do Conselho Fiscal e os membros do Conselho Jurisdicional podem participar facultativamente nas reuniões da AR e obrigatoriamente nas reuniões de aprovação do Relatório e Contas e do Plano de Atividades e Orçamento. Assim, o Sr. Presidente da MAR informou que se encontravam presentes a Sr.ª Bastonária e seu assessor jurídico, Dr. Amândio Silva, os demais membros do Conselho Diretivo, os membros do Conselho Jurisdicional e do Conselho Fiscal. -----

Avançou o Sr. Presidente da MAR para o **ponto 3** (três) do período de **antes da ordem do dia**, *informações e pedidos de esclarecimentos*, e abriu as inscrições para os Srs. Representantes que pretendessem usar da palavra, solicitarem informações ou esclarecimentos. Pediram a palavra os Srs. Representantes Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro, CC 12255, do Círculo Eleitoral dos Açores; Rui Manuel Machado Ferreira, CC 3146, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Pedro Nuno Bastos Lima, CC 43050, do Círculo Eleitoral de Aveiro; António Cerejo Moreira Caseiro, CC 280, do Círculo Eleitoral de Leiria e Rui Jorge Saavedra Magalhães, CC 2169, do Círculo Eleitoral do Porto. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Emanuel Cordeiro, este dirigiu-se à Mesa para saudar os colegas, o Sr. Presidente da MAR, o Conselho Diretivo e a Sr.ª Bastonária e, em forma de avaliação do último ano, mencionou ter sido muito salutar tanto o facto de a Sr.ª Bastonária ter estado nos Açores e de a Ordem não se esquecer dos contabilistas açorianos, como a realização do congresso que fez com que os contabilistas ficassem de alma cheia. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Rui Ferreira que, após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR e restantes colegas da Mesa, a Sr.ª Bastonária e todos os membros do Conselho Diretivo, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e restantes membros desse Conselho, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e demais membro desse órgão e todos os colegas presentes, referiu que, após ponderar muito se o deveria fazer, decidiu abordar o não alargamento dos prazos de entrega das declarações Modelo 22 e da IES. A esse respeito, prosseguiu, verificou que foram escritos muitos comentários, minoritários é certo, mas

extremamente desapropriados e deselegantes face ao desempenho extraordinário da Ordem e da Sr.^a Bastonária, em especial, no decurso do período de pandemia, período durante o qual a nossa profissão foi mais reconhecida, quer pelos poderes políticos, quer pelos cidadãos em geral que passaram a acompanhar as intervenções da Ordem. Continuando, salientou que a Sr.^a Bastonária e os Órgãos Diretivos conseguiram nos últimos quatro a cinco anos a obrigação de disponibilização dos formulários fiscais com cento e vinte dias de antecedência do termo do prazo para o cumprimento das respetivas obrigações e automática prorrogação dos prazos de entrega se esses cento e vinte dias não se cumprirem, bem como o regime das férias fiscais, inclusivamente, já melhorado; o justo impedimento, já com o inerente aperfeiçoamento; a alteração do regime de responsabilidade subsidiária do Contabilista Certificado e a melhoria do regime de dispensa e atenuação de coimas, matérias contempladas na famosa Lei 07/2021. A concretização deste conjunto de factos em tão curto espaço de tempo, quando cada um deles era considerado quase impossível, foi a todos os níveis extraordinário, por isso é que considera, como realçou, que muitos comentários que nessa altura tiveram lugar colocam em causa o bom nome e o prestígio da Ordem e de quem, legitimamente, a representa. Esperando que os colegas possam visualizar as AR, com o intuito de refletir um pouco, avançou para o segundo tema, afirmando que gostaria muito de ver as AR com mais colegas para além daqueles que têm de estar presentes, pois, quem assiste fica com outra perceção do que nelas se passa, sendo também mais uma oportunidade de os colegas se encontrarem, de trocarem impressões, pontos de vista, preocupações e anseios. Nesse sentido, solicitou permissão para apresentar algumas sugestões ao Sr. Presidente da MAR e restantes membros da AR e, também, ao Conselho Diretivo, no sentido de procederem a mais divulgação das Assembleias, por exemplo, na newsletter diária da Ordem, isto porque alguns colegas não sabem que podem, e outros até pensam que não podem, estar presentes, publicitando-se, igualmente, na newsletter e no site quando os vídeos destas AR ficam disponíveis, para que os colegas pensem antes de escreverem palavras menos elegantes. Apelou ainda aos colegas representantes que nas próximas Assembleias tentassem trazer outros colegas para assistir e terminou a sua intervenção desejando boas festas a todos. -----

Dada a palavra ao colega Sr. Representante Pedro Lima, este começou por cumprimentar o Sr. Presidente da MAR e restantes membros da Mesa, a Sr.^a Bastonária e restantes membros de Conselho Diretivo, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e respetivos

membros, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e restantes membros, os demais colegas Representantes e colegas que assistiam nas galerias. Seguidamente garantiu que, tendo tomado posse no dia 7 de dezembro de 2021, se sente muito orgulhoso e honrado de pertencer à AR, pelo distrito de Aveiro e de poder testemunhar o excelente trabalho que a Sr.^a Bastonária e restante Conselho Diretivo têm feito pela instituição e pelos contabilistas certificados. Salientou ainda uma conquista que considera digna de destaque: o vício de entreajuda entre pares. A união faz a força e sublinhou que, a Sr.^a Bastonária conseguiu, sem dúvida, uma grande união entre os colegas. Lembrou que, em março, aquando da realização da AR no Porto, havia lançado um repto à Sr.^a Bastonária, afirmando ter elevadas expectativas relativamente ao Congresso, expectativas que foram largamente superadas, pois, foi grandioso, ao nível daquilo que a profissão e a instituição merecem. Quando o Congresso terminava já se perguntava quando era o próximo, referiu. Sublinhou o tema escolhido, a sustentabilidade, e o retorno imensurável para a instituição e seus membros e lembrou ainda que, passados uns dias, o Parlamento Europeu aprovou as regras de relato não financeiro e de sustentabilidade. Ainda sobre o congresso, referiu o do Dia Nacional do Contabilista Certificado, que foi o dia da entrega das medalhas, e realçou que, mais uma vez, a Sr.^a Bastonária conseguiu surpreender fazendo questão de entregar as medalhas pessoalmente a *“Quatro mil seiscentos e sessenta e nove colegas”*. Conclui a sua aclamação, dirigindo-se à Sra. Bastonária dizendo *“consigo, verdadeiramente, todos contam”* e agradeceu também o *“respeito e carinho que a Sra. Bastonária e restante Conselho Diretivo têm por todos os Contabilistas Certificados.”* ----- De seguida foi dada a palavra ao Sr. Representante António Caseiro, que agradeceu e cumprimentou o Sr. Presidente da MAR e os restantes membros, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e respetivos membros, o Sr. Presidente Conselho Jurisdicional e restantes membros, Conselho Diretivo e, nomeadamente, a Sr.^a Bastonária, restantes membros da AR, todos os colaboradores da OCC e demais colegas presentes. Prosseguiu afirmando que a OCC é a maior instituição de regulação profissional de Portugal e, citamos, *“representa a união de uma classe em torno de um projeto bem delineado, que visa o interesse público e o valor acrescentado dos contabilistas certificados junto do poder político, tecido empresarial e sociedade em geral.”* Referiu a transparência, a cuidada e rigorosa gestão, a solidez financeira e a permanente disponibilidade para ajudar os contabilistas certificados, estando estes orgulhosos pelo dinamismo, empenho, eficiência, dedicação, rigor e grande profissionalismo demonstrado pela Sr.^a Bastonária e sua equipa

desde a tomada de posse em março de 2018, colocando a profissão no mais elevado patamar da excelência. Lembrou o primeiro ato eleitoral cuja votação ocorreu em 08 de fevereiro de 2018, os resultados do mesmo e o número de votantes que nele participaram. Sublinhou a dedicação da Sr.^a Bastonária à profissão e ao novo projeto, desde a tomada de posse em 05 de março de 2018. Realçou a mudança no paradigma com a sua gestão no quadriénio 2018 / 2021, conhecedora que era das dificuldades da profissão, e destacou as condições de trabalho precárias, avenças baixas, instabilidade e insegurança na legislação fiscal e contabilística, concorrência desleal e a necessidade de formação permanente, bem como, destacou o Sr. Representante, o dignificar a profissão, melhorar os conhecimentos e afirmar os Contabilistas Certificados dentro das empresas, das entidades públicas e sociedade civil. Continuando a sua intervenção, lembrou o que, após exaustivo trabalho, foi conseguido no campo legislativo. Elencou também o trabalho da OCC durante o *pico da pandemia*, quer no apoio aos membros, quer quanto aos apoios às empresas, destacou a importância da formação gratuita durante um grande período e também a importância das reuniões livres através do YouTube, que nesse tempo eram acompanhadas, não só pelos contabilistas certificados, como também por muitos outros não contabilistas, pois, citamos, *“todos queriam ouvir a Bastonária, Dr.^a Paula Franco”*. Aliás, mencionou que não podia deixar de transmitir umas palavras proferidas por um colega, citamos, *“Foram tempos muito difíceis para os contabilistas certificados e nunca houve um momento em que me sentisse abandonado pela Ordem dos Contabilistas, pela Dr.^a Paula Franco. A Sr.^a Bastonária foi incansável, lutou e luta pelo merecido reconhecimento do Contabilista Certificado”*. Divulgou, igualmente, a opinião que lhe chegou dos empresários, citamos, *“A pandemia foi um período muito difícil para todos e a minha empresa não foi exceção, no entanto, posso dizer que fomos privilegiados em relação a outros setores, pois sendo uma indústria transformadora de pedra e exportadora, nunca parámos! O nosso contabilista, como sempre, foi um forte apoio no período de pandemia, convidando-me a assistir às reuniões livres da OCC. Em bom tempo o fiz, pois, ouvir a Dr.^a Paula Franco foi uma inspiração e uma fonte de conhecimentos. Numa época de quase desespero os seus discursos motivadores, mas também a sua frontalidade nos trouxe algum alento e esperança de que tudo iria ficar bem.”* O Sr. Representante enalteceu a vontade da Sr.^a Bastonária de discutir os problemas dos contabilistas que, afinal, são das empresas e dos empresários, com o Governo, com a AT, com a Segurança Social, mas também a forte entrega em busca de

soluções e compromissos, o empenho e a persistência que tem até que as soluções e os compromissos sejam alcançados. Sugeriu, de seguida, que fossem criados *Webinars* regulares com os empresários, para uma maior atualização em matéria fiscal e até, para serem identificadas as principais dificuldades nessa área. Continuando a sua intervenção e enumeração histórica dos últimos anos da liderança da OCC, lembrou o ato eleitoral de 18 de novembro de 2021, referiu o número de votantes e percentagens da *estrondosa* (citamos) vitória da Lista A liderada pela Dr.^a Paula Franco e a sua eleição para o quadriénio 2022 / 2025 que considerou, citamos, “*eleição histórica (...) mostra a união de uma profissão que, ano após ano, reforça o seu valor e o interesse público junto de todos os agentes económicos e sociais do país*” e que tal “*deve-se à Sr.^a Bastonária*”, exaltou, factos que todos os contabilistas certificados viram, o trabalho e os resultados obtidos no primeiro mandato e que, dirigindo-se à Sr.^a Bastonária, citamos, “*graças à sua competência, dedicação, empenho e rigor e muito sacrifício, desde a primeira hora, com ideias bem claras e uma estratégia bem definida para a profissão, só nos resta dizer-lhe, eu e contabilistas de Portugal, deste país, muito obrigado*”, agradecimento que declarou ser extensivo a todos os outros elementos dos órgãos sociais. Relatou ainda os elogios e testemunhos de apreço, quando da tomada de posse dos atuais órgãos sociais no Pavilhão Carlos Lopes, deixados à OCC e à Sr.^a Bastonária, por quase toda a classe política, destacando o Sr. Ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, que citou, “*O papel muito intenso e estreito desempenhado pela Ordem dos Contabilistas Certificados e os seus membros, e que sem este esforço teria sido impossível operacionalizar os apoios dirigidos às empresas portuguesas.*” Concluindo a sua exposição, o Sr. Representante afirmou que acreditava que muito se iria fazer nos próximos quatro anos em prol da profissão e conhecidas que eram as suas maiores preocupações, elencou: Melhorar a relação profissional na defesa e interesse dos contabilistas, o calendário fiscal, os honorários mais justos e apropriados ao trabalho desempenhado, que a conduta profissional se pautasse pelo rigoroso cumprimento dos valores de ética entre colegas e o melhor proveito dos automatismos e ferramentas informáticas. Despedindo-se, afiançou: “*pode V. Exa., Ex.ma Sr.^a Bastonária Dr.^a Paula Franco, contar com a minha lealdade e gratidão. Muito obrigado aos órgãos sociais! Desejo a todos um feliz Natal e um próspero Ano Novo.*” -----

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Representante Rui Saavedra que, após saudar todos os colegas presentes na sala, os colegas a assistir tematicamente e, em particular,

os órgãos sociais da OCC, dirigindo a palavra ao Sr. Presidente da MAR disse, citamos “o reparo que eu queria fazer é que neste período de tempo de quarenta e cinco minutos que supostamente era destinado a pedidos de informações e esclarecimentos, nós estamos aqui a ouvir a história da Ordem dos Contabilistas, portanto, se pudéssemos abreviar este tipo de intervenções, para mim era ótimo. Muito obrigado.” -----

O Sr. Presidente da MAR respondeu ao Sr. Representante Rui Saavedra, concordando que o período era reservado a informações e esclarecimentos, no entanto, estava-se no uso dos vinte minutos, tempo previamente estipulado para tais pedidos, e caso houvesse mais intervenções solicitadas à MAR certamente teria cortado a palavra mais cedo. Acrescentou ainda, respondendo à sugestão do Sr. Representante Rui Ferreira acerca da maior divulgação das AR e possibilidade dos membros da OCC assistirem às mesmas, que iria pugnar para que isso aconteça. -----

Esgotado o período de **antes da ordem do dia** passou-se de imediato ao **ponto 1 (um) da ordem do dia**, dar nota à Assembleia Representativa da ata n.º 6, da Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da OCC. Prosseguindo, disse, citamos, “nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 22.º do Regimento desta Assembleia, cabe ao Presidente da mesma dar nota à Assembleia das reuniões e das atas de fixação de remunerações dos titulares de órgãos sociais da Ordem” acrescentando que essa ata foi enviada, aos Srs. Representantes, em anexo à convocatória da AR. -----

Dada a palavra aos Srs. Representantes para se pronunciarem, querendo, sobre o constante daquele documento, os mesmos nada disseram. -----

Assim, o Sr. Presidente da MAR anunciou a passagem ao **ponto 2 (dois) da ordem do dia**, a aprovação da ata da reunião de 5 de março de 2022, informando que a ata que os Srs. Representantes tinham fisicamente na sua posse, entregue, por lapso, quando da acreditação, não era a definitiva. A versão atualizada e em votação foi enviada por e-mail e encontra-se também publicada no site da Ordem, sendo as diferenças meramente ortográficas, acrescentando ainda que, na página dezassete constava um número de membro incorreto, apenas detetado já após distribuída pela segunda vez. De qualquer forma, garantiu que, esse número não corresponde sequer a um Representante e estando o nome e círculo eleitoral corretos, juridicamente, considera-se um lapso evidente, notório e manifesto, que, no seu entender, não deverá obstar à sua aprovação. -----

Previamente à votação, e dispensada a leitura da ata, declarou o Sr. Presidente da MAR que, atendendo ao disposto no número 3, do artigo 34.º do CPA, não participam na

aprovação os membros que não estiveram presentes na reunião a que ela respeita, pelo que, apenas seriam contabilizados 83 (oitenta e três votos) e não os 84 (oitenta e quatro) correspondente aos representantes presentes, já que a Sr.^a Representante Andreia Raquel Martins Almeida, CC 91250, do Circulo Eleitoral de Aveiro, não tinha participado naquela AR. -----

Passando-se à votação e após a correspondente verificação dos votos, a ata da AR de 05 de março de 2022, foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos 83 votantes para a mesma, sem votos contra e sem abstenções. -----

De seguida, o Sr. Presidente da MAR anunciou a passagem ao **ponto 3 da ordem do dia**, *fixação do valor das quotas, de acordo com a alínea d), do artigo 3.º do Regimento da Assembleia Representativa e com a alínea d), do artigo 40.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados*, proposta apresentada à AR pela Sra. Bastonária em nome do Conselho Diretivo. Foi dispensada a leitura daquela proposta por ter sido disponibilizada a todos juntamente com a convocatória e também entregue a cada Representante quando da credenciação e assim, de imediato, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.^a Bastonária. -----

No uso da palavra, a Sr.^a Bastonária iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente da MAR e todos os restantes membros da MAR, os colegas de Conselho Diretivo e os membros dos órgãos do Conselho Jurisdicional e Fiscal, bem como todos os membros da AR, presentes e a participar à distância, e os demais colegas presentes. De seguida, a Sr.^a Bastonária clarificou a razão de ser da proposta apresentada pelo Conselho Diretivo de aumentar a quota em três euros, passado dos atuais 12 (doze) para 15 (quinze) euros. Referiu que, durante a pandemia foi evidente que as formações gratuitas tiveram uma maior procura, o que significava que, o facto de não se participar na formação estava relacionado com a necessidade de se pagar um determinado valor. Entendeu-se que era preciso repensar esta situação. Continuou lembrando que, em 2020/2021, a aplicação de créditos foi suspensa e, em 2020 também foi suspenso o pagamento de todas as formações à distância, tendo sido esses os anos em que mais colegas aderiram à formação. Recordou também que, no mesmo período, foram criadas as reuniões livres à distância e o “descomplicar na hora” com vista a que o contabilista certificado tivesse, quer quanto à legislação fiscal, quer quanto às matérias contabilísticas, sempre ao seu dispor a maior escolha possível. Assim, constatou-se que, o pagamento da formação poderia constituir um obstáculo à necessidade formativa dos Contabilistas

Certificados. Referiu a sondagem facultada aos membros para que se pronunciassem sobre a matéria, na qual uma percentagem bastante significativa votou favoravelmente, pelo que, o Conselho Diretivo avançou com a presente proposta de aumento das quotas acompanhada da formação à distância gratuita para o ano de 2023. Elucidou ainda que, a Ordem continuaria a ministrar formações presenciais à medida do que seja necessário e das particularidades que vierem a existir e que estas não serão, para já, gratuitas. Esclareceu que, durante o ano de 2023, serão avaliadas as condições financeiras para se perceber se será possível estabelecer também a gratuidade relativamente à formação presencial. Concluiu acrescentando, citamos, “*Com base nisso a Direção da Ordem dos Contabilistas Certificados apresentou esta proposta que está agora à votação pelos membros da Assembleia Representativa*” e reiterou a sua disponibilidade para o esclarecimento de quaisquer dúvidas. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da MAR questionou se algum dos Srs. Representantes pretendia usar da palavra. Inscreveram-se, para se pronunciarem, os Srs. Representantes Maria Teresa Eva das Neves, CC 19591, do Círculo Eleitoral de Lisboa e Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro, CC 12255, do Círculo Eleitoral dos Açores. -----

Dada a palavra à Sr.^a Representante Maria Teresa Eva das Neves, esta começou por cumprimentar o Sr. Presidente da MAR e todos os seus elementos, a Sr.^a Bastonária e toda a Direção, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e todos os seus membros, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e todos os seus membros, os colegas Representantes e aos demais presentes. Seguidamente, agradeceu à Sr.^a Bastonária e à Direção o facto de terem posto a referendo o aumento das quotas, que, no seu entender, foi a melhor solução e a possível para que todos se pudessem manifestar e a legitimidade para avançar com esta proposta. Adiantou que sempre tinha sido contra esta medida, pois, defende a ótica do utilizador pagador, no entanto, vai votar a favor porque é a vontade demonstrada pela maioria dos colegas. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Emanuel Cordeiro, este considerou muito importante a formação à distância dado que se encontra afastado, como todos os contabilistas açorianos, de Lisboa ou do Porto e a deslocação tem custos muito superiores, quantificando estes a título de exemplo, ao aumento proposto da quota, pelo que, necessariamente o seu voto será favorável. Agradecendo a iniciativa e os fundamentos da proposta, findou a sua intervenção. -----

Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, o Sr. Presidente da MAR informou que iria ser votado, de imediato, o ponto 3 (três) da ordem de trabalhos, a *fixação do valor*

das quotas de acordo com a alínea d), do artigo 3.º do Regimento da Assembleia Representativa e da alínea d), do artigo 40.º da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Realizada a votação, o Sr. Presidente da MAR comunicou à Assembleia que, participaram na votação, presentes e representados, 84 Representantes, tendo a proposta de *fixação do valor das quotas de acordo com a alínea d), do artigo 3.º do Regimento da Assembleia Representativa e da alínea d), do artigo 40.º da Ordem dos Contabilistas Certificados* sido aprovada, por maioria, com a seguinte votação: -----

-Votos contra: 1 (um). Presenciais: 1 (um); à distância: 0 (zero). -----

-Abstenções: 2 (dois); Presenciais: 2 (dois); à distância: 0 (zero). -----

-Votos a favor: 81 (oitenta e um); Presenciais: 71; (setenta e um); à distância: 10 (dez).

De seguida, o Sr. Presidente da MAR seguiu para o **ponto 4 (quatro) da ordem do dia, apreciação e votação do plano de atividades e orçamento para 2023**, convidando a Sr.^a Bastonária para a apresentação do referido documento. -----

No uso da palavra a Sr.^a Bastonária frisou que iria explicar o que o Conselho Diretivo tinha trazido para o documento em votação, logo acrescentando que o Plano de Atividades e Orçamento para 2023 assentava na contenção e na consolidação, um plano menos arrojado, clarificou. Referiu a existência de muitos projetos em curso, iniciados em 2022 e que precisam de consolidação e deles elencou os projetos informáticos, a Pasta CC, o CCCLix e o site, os quais precisam de ser fortalecidos, bem como os recursos da Ordem, designadamente, os recursos humanos também precisam de ser incluídos nessa consolidação. Assim, com base nestes pressupostos resultou um orçamento muito simples, admitiu. Continuou a Sr.^a Bastonária considerando que, ainda assim, o mesmo absorve muitos rendimentos por se tratar de uma instituição que presta muitos serviços aos seus membros, mas que não pretende deparar-se com dificuldades na contratação de serviços, pese embora, no atual contexto de subida imensurável de preços, não seja fácil arranjar tempestivamente fornecedores com qualidade e a preços exequíveis. Referiu que, citamos, *“sem visão, as organizações não têm possibilidade de agir e criar o seu futuro, apenas podem reagir”*, acrescentando que, a visão da Ordem para 2023, concentrar-se-á nos vetores estratégicos que se pretendem assegurar aos contabilistas certificados, centrando-se estes em quatro pontos essenciais: o apoio técnico; o apoio social; a defesa dos direitos e dos interesses dos profissionais e a regulação profissional. *“Na reinvenção do Contabilista Certificado vamos olhar muito neste próximo ano para o relato de sustentabilidade. É uma matéria que teve o seu início ou o seu lançamento para nós mais a sério no nosso congresso e são matérias que nos vão aparecer sucessivamente durante*

o ano de 2023”, assumiu a Sr.^a Bastonária. Por isso, do ponto de vista da formação, prosseguiu, haverá uma abordagem desta natureza, acompanhando a conjuntura e os normativos internacionais e do EFRAG, com o intuito de alertar e instruir os Contabilistas Certificados. Continuou sublinhando que, cada vez mais os operadores no mercado vão ser forçados a responder a esta informação, a este relato não financeiro, caso contrário deixam de ter mercado onde atuar, principalmente no que respeita a exportações, mas até mesmo a nível nacional, devendo o Contabilista Certificado acompanhar os seus clientes, especialmente as pequenas e médias empresas, reinventando-se e respondendo às exigências com que aqueles se deparam, fazendo a diferença, prestando informação que vai para além da informação financeira, garantindo à Ordem apoiar devidamente os contabilistas. Relembrou que, concomitantemente, esta é uma profissão de interesse público e, nesse sentido, é necessário construir confiança e reforçar o valor acrescentado à economia e aos seus agentes. Sendo os Contabilistas Certificados a peça essencial no tecido económico da sociedade portuguesa, precisam de ser reconhecidos como tal, asseverou. Alertou também, dizendo que, construir confiança é difícil e isso não depende só da Ordem, mas de todos os Contabilistas Certificados e se é certo que, atualmente, há uma confiança diferente relativamente à generalidade dos contabilistas, certo é também que muitos deles ainda não a têm, por não cumprirem como deveriam as tarefas que lhe foram cometidas, sendo, pois, necessário uma entreajuda, para que estes colegas atinjam o patamar dos outros, um patamar mais elevado, daí e também nesse sentido, o fator consolidação para 2023. -----

Continuando, destacou que, como principais atividades e projetos para 2023, há o Contabilista Certificado do Setor Público; o livro da contabilidade, que já deveria estar na posse dos Contabilistas Certificados, mas cada vez que é efetuada uma revisão é acrescentado mais um capítulo, prevendo-se disponível ainda no primeiro trimestre de 2023, situação que se justifica pela importância deste trabalho.-----

Referiu-se a seguir à alienação dos imóveis da Avenida 24 de Julho e da Avenida Gago Coutinho, que não estão vertidas no orçamento, sendo relevante recordar, salientou a Sr.^a Bastonária, que se realizou um referendo a propósito da *casa dos CC* e que quanto ao imóvel da Avenida 24 de Julho, o mesmo se encontra arrendado, apresentando neste momento necessidade de obras avultadas e, por isso, em assembleia anterior foi decidido vender os dois imóveis, constando tal operação do Plano de Atividades de 2022, cuja alienação não se veio a verificar, ficando assim o Plano de Atividades de 2022 afetado

por ter sido defraudada aquela expectativa, pelo que, o Conselho Diretivo entendeu, por prudência, não considerar a hipotética venda neste plano de 2023, concretização que apenas ocorrerá em condições entendidas por favoráveis à Ordem, pese embora se mantenha essa expectativa e empenho nesse sentido.-----

Continuou e referindo-se às *principais atividades para 2023*, sublinhou a necessidade de consolidar o TOOnline, melhorando o produto, designadamente, no que respeita aos módulos dos ativos e dos stocks, também a certificação de qualidade, que é um projeto que está quase a iniciar-se, tem definitivamente que arrancar, adiantou a Sr.^a Bastonária, por forma a garantir sempre o interesse público da profissão e conseguir implementar medidas mais assertivas para aferir a qualidade dos profissionais, porque a garantia do interesse público só é possível com a criação de confiança, competência e rigor nos profissionais, pelo que, a citada certificação, a par do manual de procedimentos, terá de ser encarada como um projeto positivo e pedagógico, de elevação da profissão. Esse manual será, acrescentou a Sr.^a Bastonária, uma das grandes apostas de 2023, será objeto de formação em sala, em grandes e pequenos grupos, em contexto laboral, na implementação dos procedimentos em escritórios de contabilidade e só posteriormente é que será realizada a avaliação do que está a ser cumprido pelos Contabilistas Certificados. Quanto às alterações legislativas para 2023, o objetivo da direção, realçou a Sr.^a Bastonária, é conseguir definir regras de proteção do contabilista. Tanto assim que, lembrou, já existiram mais duas alterações legislativas no que respeita ao justo impedimento: uma no Orçamento de Estado para 2022, que entra em vigor em 2023, que veio mudar a legislação naquilo que a Autoridade Tributária entendeu de forma errada e agora no Orçamento de Estado para 2023, que brevemente será publicado, do ponto de vista operacional e prático, no que toca ao contabilista substituto e o justo impedimento de longa duração. Para 2023, acima de tudo, era desejável a existência de sites estáveis, que permitissem trabalhar com organização e sem interferir nos planeamentos. Continuar-se-á a acompanhar o SAFT, nomeadamente, em termos de dados e questões técnicas que são limitativas à aplicação do normativo contabilístico, que nunca aceitaremos, frisou, a Sr.^a Bastonária.-----

Em termos de Código Contributivo, assegurou a Sr.^a Bastonária que, pretende-se a atribuição de competências exclusivas em sede de Segurança Social, uma vez que, a maioria dos contabilistas certificados assume o processamento dos salários e as obrigações junto da Segurança Social e estas tarefas não se encontram abrangidas pelo

seguro de responsabilidade civil profissional. A Ordem vai continuar a trabalhar com a Segurança Social, esclareceu, com vista à implementação de uma série de simplificações declarativas. Espera-se que, os Fundos de Compensação de Trabalho deixem de constituir uma obrigação já no início do ano de 2023; pretende-se a implementação de uma DMR única, ajustando dados, que necessitará de conter mais informação, mais campos, para unificar os elementos do IRS e do Código Contributivo, que são distintos. -----

Já quanto às simplificações declarativas, lembrou a necessidade de se ter um cuidado acrescido, por causa da partilha de dados. Se por um lado é proveitoso o cruzamento de dados, mas prestando-se uma informação a uma entidade pública as restantes podem aceder a essa mesma informação, logo, por outro lado, adiantou a Sr.^a Bastonária, poderá entender-se que o excesso de dados não deverá ser partilhado. Por isso, é necessário encontrar-se um equilíbrio entre a garantia do serviço público que o Contabilista Certificado presta e o equilíbrio entre aquilo que é a proteção de dados a que todos estamos sujeitos. Outra matéria cuja legislação se pretende alterar em breve é a da regularização do IVA por CC, minimizando a burocracia existente. Foram destacados alguns aspetos, os considerados mais relevantes, mas poderiam ter sido destacados outros tantos. De qualquer forma, sempre que a Ordem tiver de intervir intervirá. Destacou, ainda, a recente substituição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. -----

Assegurou a Sra. Bastonária que, a Ordem vai continuar a desenvolver o CCCLix, uma ferramenta de futuro e privilegiada para, já no curto prazo, disponibilizar formações aos Contabilistas Certificados. Esta ferramenta, referiu a Sr.^a Bastonária, tem, naturalmente, prós, como a formação à distância de um clique sempre que necessário, e contras, como a impossibilidade de existir uma interação direta, daí que se mantenham as formações presenciais. Estatisticamente, há mais jovens a acompanhar o CCCLix, o que é normal, informou. -----

Acrescentou que, ainda em 2023, do ponto de vista dos grandes eventos, há a assinalar o Dia Nacional do Contabilista; o encontro nacional dos Contabilistas Certificados, ainda sem local determinado; o congresso da contabilidade pública e o congresso da contabilidade financeira e gestão, indicou a Sr.^a Bastonária. -----

A Sr.^a Bastonária mencionou que a seguir iria debruçar-se sobre as Contas, começando pela *demonstração provisional dos resultados por naturezas*, onde já se encontrava refletido, nas vendas e serviços prestados, o aumento das quotas. -----

Recordou que o orçamento de 2022, previa resultados positivos de um milhão e novecentos e quarenta e dois mil euros, todavia, à data daquela AR, a expectativa de resultados da Ordem para 2022 era de cerca de meio milhão de euros negativo, porque não se venderam os imóveis, conseqüentemente, não houve o correspondente rendimento e foram executados os investimentos e encargos previstos desse ano, resultando, por isso, que esse orçamento de 2022 foi completamente diferente do real.-----

Já quanto ao orçamento de 2023, informou que, com o aumento das quotas e com o aumento dos preços, a expectativa é de um lucro de cerca de trezentos mil euros, valor em regra alocado ao fundo de solidariedade, adiantando que, aquando da apresentação de contas terá que se alcançar uma solução para esta matéria. -----

Ainda no que respeita ao orçamento de 2023, a Sr.^a Bastonária mencionou que se encontram espelhados os rendimentos expectáveis, reiterando que, desta feita, a venda dos imóveis não foi contemplada. Chamou ainda à atenção para a análise de um quadro previsional apresentado, que evidenciava a previsão de que cerca de mil e setecentos contabilistas possam proceder ao cancelamento voluntário da inscrição, em virtude do acréscimo mensal do montante da quota, pelo que, na prática, o resultado que se alcançará com os três euros será pouco mais de dois milhões, cento e vinte mil euros. Manter-se á a isenção total do pagamento das quotas a partir dos 80 anos, bem como os cinquenta por cento de isenção para os membros entre os setenta e cinco e os oitenta anos e para os novos membros, no primeiro ano. -----

Referindo-se ainda ao crescimento dos rendimentos provenientes do aumento das quotas, que se previa de dois milhões e cento e vinte mil euros, e comparando-o com os gastos com formação, com investimento e no âmbito do CCCLix, ascendendo estes a dois milhões e oitenta e quatro mil euros, verificando-se, pois, ser inexistente a margem para grandes novidades ou substanciais resultados, porque na verdade também se prevê, ainda, um valor bastante considerável dos custos associados. Confessou também estar convencida de que esta opção de aumento das quotas versus formação gratuita será uma excelente escolha e aumentará a procura de formação. -----

Continuou referindo que os demais gastos de 2023 não se alteram muito. Ainda assim, em relação aos gastos com o pessoal, constata-se 8,7% (oito vírgula sete) de aumento, esclarecendo que, poderá ser uma percentagem distorcida porque, por exemplo, no orçamento de 2022 não se encontrava espelhada a previsão do aumento dos salários dos órgãos sociais porque a comissão de remunerações só se reuniu depois e quando foi

iniciado o mandato no ano passado, para 2022, houve, efetivamente, ajustamentos às remunerações dos órgãos sociais. Este ano, na ata da Comissão de Remunerações não existe nenhum ajustamento para os órgãos sociais. De qualquer forma, existirão aumentos consideráveis para os trabalhadores, para fazer face ao aumento dos preços e à contratação de novos colaboradores que a Ordem precisa para fazer o acompanhamento dos serviços, porque, especialmente, o número de pedidos de pareceres técnicos e jurídicos tem aumentado consideravelmente e os recursos não têm aumentado na mesma proporção e, nesse sentido, será necessário aumentar recursos. Sublinhou que, a maior rubrica que se destaca é a de fornecimento e serviços externos, que está indexada aos custos da formação. -----

Relativamente aos ativos fixos tangíveis, verifica-se uma alteração em relação ao plano anual de investimentos porque não se investiu nem se fizeram as obras que estavam previstas no Porto e em Braga. A prioridade, neste momento, informou a Sr.^a Bastonária, são as obras na delegação de Viana do Castelo. O licenciamento junto da Câmara Municipal demorou e, desde que a delegação foi comprada, há um ano e meio, até agora, quase nada se adiantou. Há aproximadamente um mês, a parte superior da delegação começou a funcionar com o atendimento corrente, mas a parte inferior, em concreto, o espaço destinado à construção de um pequeno auditório está muito atrasado, esperando-se que haja uma célere evolução no decurso do ano de 2023. -----

A Sr.^a Bastonária continuou a sua exposição referindo-se ao balanço previsional que, em termos de ativos se constatava uma pequena evolução, com um ligeiro aumento do passivo em virtude dos compromissos correntes assumidos com os fornecedores. Referindo-se aos financiamentos obtidos, salientou que, os mesmos diminuíram consideravelmente ao longo dos primeiros anos, conforme foi sempre o objetivo. Nos primeiros anos, essa diminuição foi mais significativa, atualmente, mais constante, já que, a Ordem tem cerca de quatro milhões de empréstimos, o que não é significativo face ao seu património, pelo que, a redução realizada é a amortização em função dos prazos dos empréstimos existentes, acresce ainda que, alguns desses empréstimos, como os do auditório e da representação do Porto estão associados a fundos comunitários, informou a Sr.^a Bastonária, sendo amortizados de acordo com o que foi previamente definido. Em jeito de conclusão, a Sr.^a Bastonária, reiterou que este orçamento não é arrojado, mas de contenção e de consolidação. -----

De imediato o Sr. Presidente da MAR, questionou se algum dos Srs. Representantes pretendia usar da palavra. Inscreveram-se, para se pronunciarem, os Srs. Representantes Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro, CC 12255, do Círculo Eleitoral dos Açores; Manuel Cruz Gonçalves, CC 29982, do Círculo Eleitoral de Braga; Vítor Lino Soares Martins, CC 24253, do Círculo Eleitoral de Lisboa; António Manuel dos Santos Nabo, CC 9593, do Círculo Eleitoral de Évora; Carlos Manuel Pera Nunes, CC 21009, do Círculo Eleitoral de Faro e Pedro Nuno Bastos Lima, CC 43050, do Círculo Eleitoral de Aveiro. -----

O Sr. Presidente da MAR, deu então a palavra ao Sr. Representante Emanuel Cordeiro que, novamente, cumprimentou todos os presentes e referiu que a sua leitura do orçamento para 2023 era verdadeiramente positiva conjugado o pressuposto de contenção, sublinhado pela Sr.^a Bastonária para o mesmo, com a conjuntura nacional. Referiu que anotou as palavras da Sr.^a Bastonária e fez menção ao aumento das quotas, que considerou um fator importantíssimo para que o orçamento fosse positivo e pudesse assegurar os gastos previstos, certo de que a Ordem não queria apresentar orçamentos e realizações negativas. Prosseguiu, salientando que, o aumento de dois milhões nas receitas diretas para o ano de 2023 são a ajuda necessária para as realizações do próprio orçamento, tanto mais que é expectável a redução do número de contabilistas inscritos. Quanto aos créditos, afirmou a indispensabilidade do seu cumprimento tal como a formação terá de existir e ser exigida, por ser essencial ao assegurar da qualidade e conhecimento dos profissionais, tanto assim que, o investimento de trezentos e vinte e sete mil euros, através do CCCLIX, poderia ter sido mais elevado, por ser uma ferramenta importantíssima para a classe. Em relação às despesas, referiu-se ao aumento de vinte e seis por cento no seguro de responsabilidade civil profissional e de mais vinte e seis por cento no seguro de saúde, o que, no seu entender, é bastante positivo na perspetiva de que a OCC continuará a assegurar esses benefícios aos seus membros. Referiu ainda os investimentos de um milhão seiscentos e oitenta mil euros como importantes e determinantes em perspetivas futuras, uma vez que, de um modo geral, o proveito depende do investimento. Deixou também considerações relativamente à tesouraria que se lhe afigura bastante sustentável, ponderados os vários fatores, designadamente, do aumento do valor das quotas e da contenção necessária com a redução da dívida bancária e da sustentabilidade de pagamentos. Em jeito de conclusão, o colega foi perentório em afirmar que, sendo o orçamento benéfico, iria votar a favor, desejando à Sr.^a Bastonária e Conselho Diretivo sucesso na realização do mesmo. -----

Imediatamente e antes de dar a palavra ao Sr. Representante Manuel Gonçalves, o Sr. Presidente da MAR lamentou o fato de não ter questionado quer o Conselho Jurisdicional, quer o Conselho Fiscal, quanto ao parecer daqueles órgãos sobre o Relatório de Atividades e Orçamento que, não sendo obrigatório, é prática comum ser proferido parecer pelo Conselho Fiscal. Questionados aqueles órgãos, nenhum deles solicitou o uso da palavra. -----

Dada então a palavra ao Sr. Representante Manuel Gonçalves, este começou por cumprimentar a Sr.^a Bastonária, o Conselho Diretivo, o Sr. Presidente da MAR e restantes membros, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e demais membros, o Conselho Fiscal e os restantes colegas presentes. De seguida pediu autorização para se pronunciar sobre o aumento das quotas, assunto discutido em ponto anterior da ordem de trabalhos, tendo o Sr. Presidente da MAR autorizado solicitando que fosse breve. Continuou o colega, referindo-se então ao aumento das quotas, afirmou defender que a quota não é uma mera tabela de preços, onde se inclui o custo do produto ou do serviço e a margem, mas sim um valor sentimental de uma relação entre o membro e a instituição, aplaudindo a decisão do Conselho Diretivo de ter indagado os contabilistas certificados sobre a matéria. Quanto ao plano de atividades mencionou que este assentava em pressupostos materialmente fiáveis, elogiando-o. Evidenciou, igualmente, a defesa da estabilidade legislativa, que o Conselho Diretivo pretende concretizar e constitui um valor muito importante. Referiu a necessidade de se pressionar o poder legislativo, e nisso também a envolvência das associações empresariais, para a *informação base* aos novos empresários no âmbito da assunção das suas responsabilidades. Considerou também relevante a criação do provedor e a certificação da qualidade, especialmente para dirimir conflitos entre os membros. Ainda no que toca ao controlo de qualidade, referiu que, apesar do projeto assentar em princípios de pedagogia, sempre defendeu o modelo de apoio técnico, não passando necessariamente por controlar o trabalho dos contabilistas. Colocou, para terminar, a questão de saber se o manual de gestão de projetos e controlo das tarefas dos contabilistas certificados corresponde ao guia de procedimentos. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Vítor Martins que, após cumprimentar os membros do Conselho Diretivo, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, o Sr. Presidente da MAR, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e os restantes membros de todos estes órgãos, bem como os colegas da AR e todos demais presentes nas galerias, iniciou a sua intervenção declarando que, atualmente, não protesta como fazia há uns anos, porque se

sente representado pela Ordem. Pugnou, de seguida, à Sr.^a Bastonária, citamos, “(...) *pela criação de áreas reservadas nos sites das diversas entidades públicas, exclusivamente destinadas ao exercício da atividade de Contabilista Certificado, nos faça a todos um favor: peça também a essas entidades para que de forma rápida impeça que paraquedistas e Contabilistas Certificados de vão de escada continuem a aceder à Segurança Social e ao site das Finanças. Que seja necessário, no mínimo dos mínimos, pelo menos a chave digital. Mas o ideal será que só seja permitida a entrada com a cédula profissional que eu peço já que tenha o chip para esses efeitos ou com o cartão de cidadão. Eu insisto nisto há muitos anos.*”. Continuando com o seu discurso mencionou que, durante anos, solicitou à Ordem que os Contabilistas Certificados quando chegados à reforma não deixassem de o ser, à semelhança do que acontece com outras profissões, que não deixassem de poder aceder ao portal e de receber a revista, ficando isentos do pagamento de quotas. A Sr.^a Bastonária não conseguiu ir tão longe, declarou, pois, isentou apenas o pagamento de quotas aos Contabilistas Certificados com mais de oitenta anos e que não sejam responsáveis pela contabilidade de nenhuma empresa. Nesse sentido, considerou ser necessário maturar a ideia de passar de oitenta para setenta anos a referida isenção. Relativamente ao orçamento propriamente dito, garantiu que o orçamento de 2022 não tem que ser comparado com o de 2023. Ainda assim, na demonstração de resultados consta o valor estimado em 2022, que a Ordem denomina como provisional de 2022. É fundamental que, não só na demonstração de resultados, mas também no desenvolvimento das rubricas esteja determinado o provisional de 2022, pois é isso que vai demonstrar porque é que existe uma determinada rubrica com um orçamento de setenta mil euros e, de repente, regista duzentos mil euros em 2023. Sugeri então que, no próximo plano de atividade e orçamento seja colocado o valor real estimado, o previsual do próprio exercício. Concluiu a sua intervenção assegurando que tem feito mais solicitações do que críticas, por entender que não se critica o que está bem.-----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Nabo, este começou por cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, a Sr.^a Bastonária, os demais órgãos e membros dos órgãos sociais. De imediato afirmou que, não tem a certeza que a contenção espelhada no orçamento será suficiente, até porque a Sr.^a Presidente do Banco Central Europeu informou que iriam aumentar os juros desde já, e que em março iria assistir-se a nova subida. Se assim for, o ano de 2023 perspectiva-se muito mais difícil, especialmente o segundo semestre, do que o ano de 2022, rematou. Há que reforçar a relação com a academia e o papel dos colégios

da especialidade, recomendou, até porque a Ordem sendo constituída por setenta mil membros pode ter um papel cada vez mais forte. -----

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Representante Carlos Nunes que, antes de iniciar a sua intervenção, cumprimentou o Conselho Diretivo, a Sr.^a Bastonária Dr.^a Paula Franco, o Conselho Jurisdicional, na pessoa do Sr. Presidente o Dr. Eugénio Faca, o Conselho Fiscal, na pessoa do Sr. Presidente, o Dr. Mário Guimarães ou do seu representante, a MAR, na pessoa seu Sr. Presidente, o Dr. Carlos Alexandre e todos os colegas presentes na Assembleia. Iniciou a sua exposição salientando que as contas da Ordem são hoje sinónimo de transparência e rigor, com informação pertinente e atempada, designadamente, através dos relatórios trimestrais, permitindo a consulta dos colegas e de todos os *stakeholders* ao conhecimento global da instituição no que respeita às contas e às atividades. E continuando a sua intervenção, citamos, *“A clareza e o processo da divulgação da informação económica ou financeira da nossa instituição é um cunho desta direção. Porque é a primeira vez desde que nós conhecemos a nossa Ordem, que temos acesso a toda esta informação. Proporciona-nos mais rigor. Proporciona-nos mais eficiência. Proporciona mais gestão dos nossos recursos como é que é referido e foi referido por várias vezes”*. No que toca ao Plano de Atividades e Orçamento para 2023 verifica-se, afirmou, que os gastos estão bem esquematizados e organizados, o que permite, através da sua leitura, o conhecimento pleno da situação atual e projetada para 2023, quer quanto aos objetivos específicos, quer quanto às atividades programadas. A profissão é de interesse público, *“somos agentes participativos e essenciais”*, assegurou, sendo necessário alargar a intervenção dos Contabilistas Certificados, reduzindo a escrito e assumindo aquilo que já se faz perante a Segurança Social. Continuou transmitindo ter apreciado o novo normativo, o SNC-AP, para os organismos públicos, implementado em 2018 e em 2020 para as autarquias locais, tornando as contas públicas com maior legalidade e que a figura do Contabilista Certificado Público tenha que ser definida de uma forma clara. A aposta na academia, tal como referiu o colega António Nabo, resulta do fato de a profissão ser envelhecida e de ser necessário sangue novo no ofício. Terminou a sua intervenção manifestando o seu voto favorável a *um orçamento de contas certas e transparentes*. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Pedro Lima que, após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR e restantes membros da Assembleia, a Sr.^a Bastonária e restantes elementos do Conselho Diretivo, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e respetivos membros, o

Sr. Presidente do Conselho Fiscal e respetivos membros, os colegas Representantes e os colegas presentes nas galerias, argumentou que pouco teria a dizer sobre o orçamento, pois, o mesmo é conservador e de consolidação o que se adequa ao ano incerto que se avizinha. Comentou também que, atualmente, a Ordem ajuda, apoia, encaminha e orienta para o sucesso pessoal e profissional de cada colega, no entanto, há colegas que ainda agem como se a Ordem não existisse, correspondendo a uma minoria, é certo, enfatizou, e, citamos, “*Está na hora de ajudarmos estes colegas!*”, afirmou. No plano de atividades, o Conselho Diretivo propõe disponibilizar, de forma gratuita, toda a formação profissional contínua e em formato virtual, o que é uma excelente iniciativa, congratulou-se, e deixou a preocupação em relação aos membros que insistem em não fazer formação e nem tão pouco cumprem os créditos mínimos anuais. Salientou que, no plano de atividades faz-se referência à conjuntura económica difícil que poderá agravar a falta de crescimento do valor de honorários, pelo que, apelou à Sr.^a Bastonária que, no princípio do próximo ano, aquando das reuniões livres, voltasse a falar sobre esta matéria, pois há colegas que não atualizam o montante das avenças há muitos anos.-----

De imediato foi dada a palavra à Sr.^a Bastonária para se pronunciar sobre as questões acabadas de expor pelos Srs. Representantes.-----

No uso da palavra, a Sr.^a Bastonária invocou que esperava que, na senda do alegado pelo Sr. Representante Emanuel Cordeiro, o aumento dos vinte e cinco, vinte e seis por cento, do seguro correspondesse às expectativas. No que respeita à relação com as associações empresariais, esclareceu que foi realizado, há relativamente pouco tempo, um Webinar e pretende-se agendar outros, para tentar chegar aos empresários e ao mesmo tempo ajudar quer a relação do contabilista com as empresas, quer estas especialmente naquilo que é a imensidão de legislação existente. -----

Em relação ao problema levantado pelo Sr. Representante Vítor Martins, quanto à chave móvel digital, a Sr.^a Bastonária aventou a possibilidade de ser uma matéria que vai ser implementada e resolvida, talvez de forma não tão direta, mas cada vez mais o contabilista certificado terá uma identificação segura, protetora e garantística. No que toca à isenção do pagamento de quotas para os membros com mais de setenta anos poderá ser viável, será matéria para ser avaliada no próximo ano.-----

Relativamente à intervenção do Sr. Representante António Nabo, a Sr.^a Bastonária assegurou tomar nota dos esforços a realizar junto da academia, salientando também que a falta de profissionais é uma das grandes preocupações da Ordem e que considera que a

situação é mais estrutural, uma vez que, há muitos profissionais que saem de escolas de contabilidade encaminhando-se para outras áreas porque são mais atrativas. “*Temos que transformar a contabilidade, temos que a pôr mais atrativa, mais simplificada, mais digital, com procedimentos mais automáticos para que ela seja mais atrativa para os jovens*”, é necessário mudar a imagem cinzenta de tarefas repetitivas, declarou a Sr.^a Bastonária. Referiu também que, o papel dos colégios de especialidade não está evidenciado naquele Plano de Atividades, mas está sempre previsto. -----

Quanto à exposição do Sr. Representante Carlos Nunes, a Sr.^a Bastonária afirmou que, o que o Conselho Diretivo pretende, apostando numa liderança transparente e de contas certas, é a publicação das contas da Ordem até ao dia quinze do mês seguinte ao término de cada trimestre, com vista a que a prestação de contas dos contabilistas seja sempre uma referência.-----

Em termos de existir comparação com outros orçamentos, situação suscitada pelo Sr. Representante Vítor Martins, a Sr.^a Bastonária entendeu ser uma sugestão interessante a ser acolhida, eventualmente, nos próximos relatórios.-----

Quanto aos honorários, tema a florado pelo Sr. Representante Pedro Lima, o mesmo será reforçado conforme sugerido, independentemente de não ser possível cobrar valores mínimos. Em relação às ações previstas, no último ponto da página trinta consta a elaboração e disponibilização da coleção de guias práticos e operacionais sobre temas relevantes para a profissão, de seu nome, doze meses, doze guias. O primeiro é sobre o procedimento tributário e sobre a aplicação de coimas, com minutas para ajudar a resolver a situação na prática, esclareceu. Pretende-se começar pelo justo impedimento e pelas férias fiscais. Terminou agradecendo os elogios, os comentários positivos e as críticas construtivas, afiançou ser um orgulho enorme presidir e gerir a Ordem. -----

De imediato, e tendo em consideração que ninguém mais manifestou a intenção de intervir, o Sr. Presidente da MAR informou que se iria proceder às votações, solicitando aos colegas que estavam a participar telematicamente para, nesse momento, acederem ao e-mail que tinham recebido e votarem. -----

Realizada a votação, o Sr. Presidente da MAR comunicou à Assembleia que, participaram na votação, presentes e representados, 84 Representantes, tendo o **ponto 4 (quatro) da ordem do dia, apreciação e votação do plano de atividades e orçamento para 2023**, sido aprovado, por maioria, com a seguinte votação: -----

-Votos contra: 0 (zero). -----

-Abstenções: 4 (dois); Presenciais: 2 (dois); à distância: 2 (dois). -----

-Votos a favor: 80 (oitenta); Presenciais: 72; (setenta e dois); à distância: 8 (oito). ----

Posteriormente, o Sr. Presidente da MAR informou que se iria passar **ao ponto 5 (cinco)**, último ponto, **da ordem do dia, leitura e votação da minuta da ata**. Enquanto se aguardava a projeção da ata, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que, no início da sessão, tinha informado estarem em sala setenta e três pessoas, mas o número exato de presenças é de setenta e quatro, diferença resultante de um ticket dado na credenciação que não havia sido descarregado na ficha. -----

Ultrapassados alguns constrangimentos informáticos, o Sr. Presidente da MAR, deu a palavra à Sra. Secretária da MAR Isabel Alves para proceder à leitura da minuta da ata, a qual, após ocorrer a respetiva votação, foi aprovada, **por unanimidade**, com os votos a favor dos 84 Representantes presentes, sem votos contra e sem abstenções. -----

O Sr. Presidente da MAR, dando por terminada a Ordem de Trabalhos, agradeceu a todos os colegas presentes, pela normalidade, urbanidade e elevação com que decorreram os trabalhos e, também, a todos os colaboradores da Ordem que se envolveram diretamente na realização daquela reunião e, desejando a todos um Santo e Feliz Natal e um Ano Novo cheio de sucessos pessoais e profissionais, deu por encerrada a sessão, eram dezassete horas e trinta e cinco minutos. -----